

FUNDAÇÃO E REITORIA COMETEM CRIME TRABALHISTA

*Professor, não aceite o acordo proposto pela PUC-SP.
Texto ilegal vai contra princípios consagrados pela Constituição
e afronta a livre organização dos trabalhadores.*

A Fundação São Paulo e a Reitoria estão publicando no site da PUC-SP um termo de acordo “que objetiva a quitação total do passivo e a liquidação da pendência que envolve o não pagamento do reajuste de 2005”.

O termo coloca a mesma proposta rejeitada pelos docentes na sua assembleia de 14/4 (60% da dívida, mais 1% de reajuste no salário atual) e obriga que os professores desistam dos efeitos que poderão provir da ação coletiva do SINPRO-SP/APROPUC.

Esta atitude configura uma coação a toda a categoria, pois induz os professores a aceitar um acordo que vai contra a decisão legítima da categoria tirada em assembleia. Os gestores da universidade tiveram cinco anos para acertar os valores devidos, instaurou-se um processo de negociação com propostas de ambos os lados. Ao final, por iniciativa da APROPUC e SINPRO-SP assinou-se um termo para que as negociações fossem prorrogadas e se

chegasse a um acordo. No entanto, os gestores apresentaram novamente a mesma proposta que antes justificou o adiamento e, que agora, de forma autoritária, querem enfiar goela abaixo aos professores.

Mais ainda, a atitude da Fundação/Reitoria é inconstitucional, pois vai contra todos os direitos trabalhistas estabelecidos na Constituição Federal quando atinge a livre organização sindical das categorias profissionais.

O SINPRO-SP estuda medidas judiciais para barrar o acordo espúrio que hoje é proposto pela Fundação/Reitoria, acordo que passa por cima do Dissídio Coletivo de Trabalho celebrado entre o SINPRO-SP e o Sindicato Patronal.

O Sindicato dos Professores de São Paulo continuará no processo de ajuizamento da ação contra o não pagamento dos valores devidos aos professores.

Diretoria da APROPUC

- ✓ **PROFESSOR, O “ACORDO” DA FUNDAÇÃO SÃO PAULO É ILEGAL, INCONSTITUCIONAL E QUEBRA DIREITOS TRABALHISTAS HISTORICAMENTE CONQUISTADOS!**
- ✓ **NÃO ASSINE O TEXTO DA REITORIA/FUNDAÇÃO!**
- ✓ **DIGA NÃO A ESSE ACORDO ESPÚRIO!**
- ✓ **DEFENDA O ACORDO COLETIVO DE TRABALHO!**

VEJA AINDA NESTA EDIÇÃO

A POSIÇÃO DO SINPRO-SP FRENTE ÀS DECISÕES DA FUNDAÇÃO SÃO PAULO

EDITORIAL

Como enfrentar a criminalização

O ministro do Supremo, Gilmar Mendes, não poderia deixar o cargo sem dar mais um passo rumo à criminalização do MST. No apagar das luzes, criou no Conselho Nacional de Justiça (CNJ) um "grupo de trabalho para a avaliação e prevenção de conflitos fundiários." O objetivo real é o de apertar o cerco em torno do movimento dos sem-terra.

Uma das lideranças mais visadas é Jaime Amorim, que coordena o MST, no estado de Pernambuco. Os latifundiários, usineiros e grileiros vêm pressionando todas as esferas do Estado para reprimir com mais prontidão e violência as lutas camponesas.

No Senado, Kátia Abreu, presidenta da Confederação Nacional da Agricultura, há tempo que desencadeou uma campanha para considerar o MST uma organização ilegal, impedir que o Estado destine recursos às suas cooperativas de assentados e coloque na prisão as direções. O argumento é conhecido: a democracia e o Estado de Direito se assentam no direito de propriedade. As ocupações de terra violam esse sagrado direito burguês, a partir do qual os capitalistas podem expulsar os camponeses pobres do campo, manter milhões em situação de de desemprego, perpetuar a pobreza, a miséria e a fome da maioria.

Entra governo e sai governo, e os fazendeiros continuam a matar sem-terra, na mais cristalina impunidade. E por quê? Porque estão alicerçados pelo direito de serem latifundiários e de expandirem seus negócios o quanto puderem, a despeito da vida dos sem-terras e dos pequenos lavradores. Entra governo e sai governo, e o cumprimento das promessas de resolver o conflito agrário por meio de uma reforma agrária fica muito aquém das necessidades dos camponeses.

O Abril Vermelho nasceu do assassinato de 19 sem-terras pela polícia militar do Pará. Mas somente em 2009 foram registrados 25 assassinatos. A his-

tória do movimento camponês nas últimas três décadas está regada de sangue. O MST, portanto, fixou o Abril Vermelho como mês de protestos e ocupações pelo fim dos assassinatos de trabalhadores agrários e pela reforma agrária.

Neste ano, os camponeses saíram à luta em pelo menos 15 estados, mostrando que compõem um movimento social expressivo dos pobres do campo, combatido e ameaçado pelo Estado de Direito dos Caiados, das Kátias, dos Mendes, etc. Pela terceira vez, foi montada a CPI contra os sem-terras. O DEM e PSDB tomaram a frente.

As forças políticas da reação - latifundiária, agroexportadora e grande capital - aos poucos avançam o processo de criminalização. As contradições da expansão da forma capitalista de produção no campo, resultando na formação de uma massa de camponeses sem-terras, não permitiram a criminalização total. Ou seja, decretar a ilegalidade do MST e outros movimentos de sem-terra, prender as lideranças que desrespeitarem a legalidade e dissolver pela força a organização camponesa.

Os ditos democratas se gabam da comparação entre o período logo após a ditadura militar em que se matava em média 130 camponeses ao ano, e agora se mata 25. É como se não houvesse mais razão de existir o movimento agrário e as ocupações de terras passassem a ser um crime maior do que no passado. Nada mais falso. A barbárie permanece. Os conflitos agrários, com o avanço da agroindústria, da concentração fundiária e da agro-exportação, tendem a se agravar.

É necessário a defesa do MST e de todo movimento. Está colocada a constituição de uma frente de defesa do movimento camponês em oposição à frente repressiva montada pelos latifundiários a partir da Confederação Nacional da Agricultura, do Congresso e do Judiciário.

Diretoria da APROPUC

APROPUC apresenta seu balanço anual

Abaixo reproduzimos o balanço da APROPUC referente ao ano de 2009

ATIVO

Circulante

<i>Disponível</i>	
Caixa e Bancos	23.632,22
Valores Mobiliários	1.167.969,01
Total Disponibilidades	1.191.601,23

Realizável a Curto Prazo

Outros Créditos	12.448,31
I. Renda Fonte	119.192,83
Total Realizável a Curto Prazo	131.641,14
Total do Circulante	1.323.242,37

Permanente

Edifícios	524.996,84
Móveis e Utensílios	33.376,96
Equipamentos de Comunicação	291,24
Equipamentos Eletrônicos	22.755,40
Diversos	3.617,63
Total do Permanente	585.038,07

Total do Ativo 1.908.280,44

PASSIVO

Circulante

Encargos Trabalhistas	11.851,00
Outros	1.536,00
Total do Passivo Circulante	13.387,00

Patrimônio Social 1.851.440,63

Superávit do Período 43.452,81

Total do Passivo 1.908.280,44

Demonstração dos Resultados em 31 de dezembro de 2009

Receitas

Contribuição de Associados	452.801,25
Receitas Financeiras	101.613,87
Total de Receitas	554.415,12

Despesas

Tributárias	(15.830,39)
Administrativas	(494.554,52)
Financeiras	(577,40)

Total das Despesas (510.962,31)

Superávit do Exercício 43.452,81

A Diretoria

PUCViva Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP.

Apropuc: Rua Barreira 407 – CEP: 05009-000 – Fone: 3872-2685.

Afapuc: Rua Cardoso de Almeida 990 – Sala CA 02 – Fone: 3670-8208.

PUCViva: 3670-8004 – **Correio Eletrônico:** pucviva.jornal@uol.com.br – **PUCViva na Internet:** www.apropucsp.org.br

As matérias assinadas não expressam necessariamente as posições das entidades e da redação.

Editor: Valdir Mengardo
Reportagem: Victor Sousa, Caio R. Zinet e Marina D'Aquino
Fotografia: Gabriela Moncau
Projeto Gráfico, Edição de Arte e Editoração: Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães
Conselho Editorial: Maria Beatriz Abramides, João B. Teixeira, Priscilla Cornalbas, Willis S. Guerra e Victoria C. Weischardt

Irresponsabilidade da Fundação ameaça o presente e o futuro da PUC-SP

*Será que nunca faremos senão confirmar
A incompetência da América católica
Que sempre precisará de ridículos tiranos?
(Podres Poderes, Caetano Veloso)*

Luiz Antonio Barbagli
Presidente do SINPRO-SP

Como se não bastassem os inúmeros e graves problemas que a Igreja enfrenta no mundo todo, vem da Fundação São Paulo mais um exemplo da incompetência arrogante com que os destinos da PUC-SP são administrados. Sou forçado a acreditar que estamos diante de uma cultura da má gestão, erguida secularmente em nome de um poder que se pretende absoluto e que não deve satisfações a ninguém, ainda que seu exercício seja sempre um atestado de autoritarismo e de injustiça.

A PUC-SP tem uma dívida com seus professores desde 2005. O montante disso equivale hoje a cinco salários atuais de cada um dos docentes que lecionava na instituição a partir daquele ano. Além disso, deve também a aplicação do percentual de 7,66% a partir de março de 2010 para que o passivo dessa dívida seja zerado (sem contar o índice negociado neste ano com o SEMESP, que é o sindicato dos mantenedores do ensino superior). Não é uma coisa pequena: neste momento, a soma chega a R\$ 53 milhões. Qualquer empresário sabe que com um número desses não se brinca...

O que fez a Fundação São Paulo? Em primeiro lugar, tratou com desdém todas as propostas diligentemente estudadas pela APROPUC e pelo SINPRO-SP, cujo objetivo era encontrar uma solução para o problema - que não é apenas salarial; é institucional. Em segundo lugar, resolveu agir como agem sempre os empresários truculentos e gananciosos: propôs que os professores aceitem individualmente 60% da dívida e um reajuste de 1% a partir de agora. A má fé dessa proposta pode ser demonstrada facilmente: caso assine o "termo de acordo", o professor estará abrindo mão de dois salários devidos e de um equivalente a 90% de um salário todos os anos, decorrente da proposta de aplicação de apenas 1% de reajuste no lugar dos devidos 7,66%. Aliás, neste caso, a intenção dos gestores beira ao ridículo: pela isonomia salarial, todos os docentes teriam direito ao mesmo reajuste, tenham ou não assinado o acordo.

Nada disso, no entanto, livra a Fundação da dívida, já que o Sindicato dos Professores de São Paulo, na condição de substituto processual dos docentes, vai

ajuizar ação contra a mantenedora para cobrar o que é devido. Na hipótese de que o resultado seja favorável aos professores, ainda que a FSP possa usar os "acordos" individuais como recurso, não será difícil demonstrar que estamos diante de uma coação que dificilmente seria aceita na Justiça e que só recebe o nome que tem por puro eufemismo. O mais grave, no entanto, é que o "termo" apresentado aos professores afirma que, nessa condição, os 60% recebidos agora teriam que ser devolvidos "de forma corrigida", isto é, os professores passariam da condição de credores à situação de devedores.

Dizer que a Igreja age de má fé é um paradoxo formal, mas não se trata apenas disso. Nas sucessivas rodadas de negociações que a APROPUC realizou com a FSP, os representantes dos professores fizeram ver aos mantenedores da Universidade o risco que representa jogar para a frente um débito trabalhista dessa ordem (que se acrescentaria a outros já existentes, alguns decorrentes de decisões da Justiça do Trabalho), eventualmente com ameaças à própria sobrevivência da instituição. A resposta a essas ponderações é o que se vê agora: uma jogada que só se explica pela presunção de infalibilidade, mas também pela irresponsabilidade manifesta pelos dirigentes da Fundação quanto ao futuro da PUC-SP.

Os professores não devem assinar o "termo de acordo". Não devem fazê-lo não só porque ele é lesivo financeiramente aos seus próprios direitos e interesses, nem mesmo recebendo em troca indulgências diversas para seus pequenos e grandes pecados. Abrir mão de salários e reajustes devidos é o mesmo que trabalhar de graça, coisa que os membros da Igreja que gerenciam esta universidade não têm a menor idéia do que seja. Mas não devem assinar o "termo de acordo" também porque ele humilha a consciência coletiva e põe uma pá de cal sobre o esforço que a APROPUC e o SINPRO-SP têm feito em nome de todos. Talvez seja isso mesmo o que a FSP quer: um salve-se quem puder meio selvagem, como se a cada assinatura correspondesse uma penitência, neste caso paga por quem perdoa e não por quem é perdoado.

A Fundação São Paulo está errada e desmerece o papel que tem como responsável por uma instituição de ensino como é a PUC-SP. Está errada ainda porque ignora a importância que seu corpo docente tem nas suas tradições de respeito à dignidade acadêmica e profissional.

Comitê de solidariedade ao Rio de Janeiro se reúne na PUC-SP

No dia 22/4, quinta-feira, no Pátio da Cruz, às 11h30 e às 18h30, foi realizada a 1ª Reunião do Comitê de Solidariedade na PUC-SP aos trabalhadores e ao povo do RJ, que sofreu com a chuva nos últimos dias. Sob a insígnia "a chuva é natural, a catástrofe é social", o grupo discutiu a questão urbana e a omissão dos governos para as populações carentes que sofrem com a especulação imobiliária. Também está sendo realizada doação financeira, de alimentos não perecíveis e roupas nos corredores do Prédio Velho e no Centro Acadêmico de Serviço Social. A APROPUC também apóia o movimento. Segue manifesto do Comitê.

224 mortos e 14 mil desabrigados, esse é por enquanto o resultado da catástrofe social que se abateu sobre o povo carioca, principalmente os moradores dos morros e favelas. Da parte dos governos federal e estadual, e de todo o empresariado só omissão. Dizem ser um problema natural, e que a única coisa que a população pode fazer é rezar!

Lula e Paes agora destinam R\$200 milhões e R\$ 70 milhões, respectivamente, frente à tragédia que aconteceu, números que aparentemente indicam um alto valor, mas na verdade nada mais são que uma forma ineficiente e lenta de resolver o problema, já que o mesmo Governo Federal, na época da crise, destinou R\$200 BILHÕES para salvar os capitalistas.

DECLARAÇÃO DE SOLIDARIEDADE AOS

TRABALHADORES E AO POVO DO RIO DE JANEIRO

O que de fato vemos é que a política do Governo Federal e Estadual, além de não criar condições de infra-estrutura, trata os moradores da periferia com uma brutal repressão, colocando-os como culpados por "morarem em áreas de risco". Mas, ao mesmo tempo, são essas pessoas que se solidarizam entre si, ajudando umas as outras e são essas pessoas que vêm controlar as ações emergenciais de infra-estrutura e abastecimento do povo carioca nesse atual contexto.

Desde a PUC-SP nos colocamos em intensa solidariedade aos trabalhadores e ao povo carioca, denunciando a omissão das autoridades e a brutal repressão aos habitantes de morros e periferias.

Assim como exigimos um verdadeiro plano de obras públicas sob controle dos sindicatos e associações de moradores, para enfim dar condições necessárias para a vida da população. Nesse sentido, também estaremos colhendo doações (roupas, alimentos não perecíveis e etc.) a ser enviadas diretamente para organizações populares do Rio de Janeiro na sede da APROPUC e no Centro Acadêmico de Serviço Social. Mais informações no e-mail: campanhasolidariedaderj@gmail.com

APROPUC

Centro Acadêmico de Serviço Social - Gestão Pagu

Consad ignora pressão estudantil e abre 60 vagas no Direito

Durante reunião do Consad (Conselho Superior de Administração), no dia 23/4, foram aprovadas o número de vagas para o vestibular de inverno da PUC-SP.

Dentre elas, foram abertas mais 60 vagas no curso de Direito, ignorando os argumentos e a mobilização dos estudantes de direito contra a abertura de vagas no vestibular de inverno.

O conselheiro padre Rodolpho Perazzolo indicou que será mantida o número de vagas no vestibular de dezembro. Isso significa que serão abertas

mais 60 vagas para o ano de 2011.

O Centro Acadêmico de "22 de agosto", do curso de Direito, organizou um abaixo assinado com cerca de 1500 assinaturas contra a criação dessas vagas. Foi organizado também um ato com mais 300 estudantes que protocolaram abaixo assinado na Faculdade de Direito.

Os estudantes argumentam que o aumento no número de vagas significa queda de qualidade no curso, porque o curso não possui estrutura acadêmica e física para receber esse aumento, vinculado diretamente ao

lucro e comprometendo a qualidade de ensino.

Além disso a maneira como a medida foi aprovada no Conselho da Faculdade de Direito também foi questionada pelos estudantes.

Em uma reunião sem representantes discentes foi aprovada a criação das vagas, sem levar em conta a opinião estudantil sobre o assunto.

COORDENADORIAS

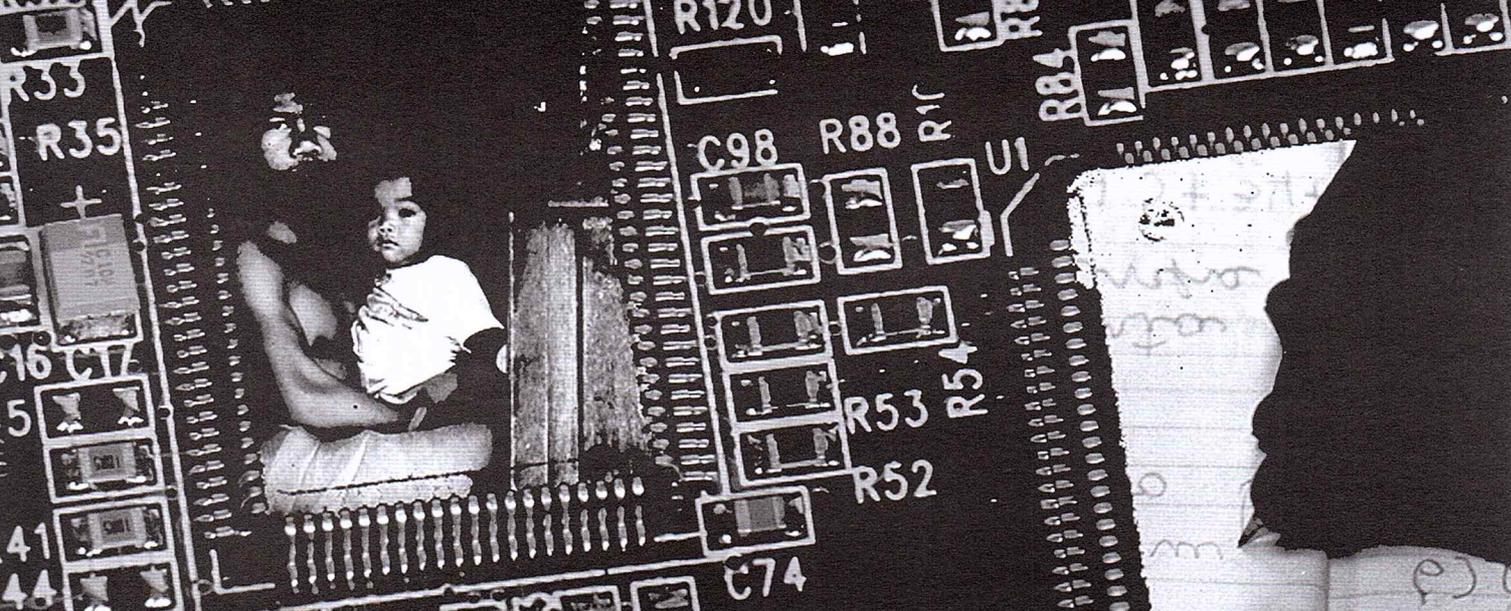
Outro tema debatido durante a reunião foi a escolha dos chefes das coordenadorias acadêmicas.

A decisão sobre o assunto, assim como na reunião anterior do Consad, foi postergado.

O adiamento da decisão decorre do fato de faltar ainda o nome de um coordenador da área de Ensino a Distância.

REFORMA

Também durante a reunião foi discutida a reforma do ex-centro administrativo da PUC-SP, que em breve abrigará quatro novos laboratórios de informática, a TV PUC e o setor do Contas a Receber.



Nova edição da revista *PUCviva* debate Ensino a Distância

No dia 06/5, sexta-feira, às 19h, no auditório 333, acontece o lançamento do número 35 da revista *PUCviva*, que aborda o tema da mercantilização do ensino e o ensino a distância (EaD).

Tema por demais atual em nossa sociedade, nas últimas décadas a perspectiva mercantil da educação vem se aprofundando nas políticas de educação mundial. A professora Bia Abramides, editora da revista, problematiza o tema da seguinte maneira: "No Brasil, a reforma do ensino superior, desenvolvida nos dois governos Fernando Henrique, e que teve sua continuidade nos dois governos de Lula, é parte de um conjunto de [contra] reformas de destruição do trabalho, das políticas sociais, entre elas, da educação, a partir do receituário neoliberal, parametrado pelos organismos internacionais para recuperar o capital em crise de acumulação".

Dentro desta perspectiva, diversos autores procuram problematizar a questão do ensino a distância no contexto da educação. Ká-

tia Lima, professora da Universidade Federal Fluminense, procura aprofundar a ligação entre o ensino a distância e os organismos governamentais. Já o professor Erson Martins de Oliveira, ex-diretor da APROPUC, vê o ensino a distância como uma excrescência do capitalismo, assim como as professoras Alda Carlini e Maria Teresa Meirelles Leite, da Faculdade de Educação da PUC-SP, procuram discutir a qualidade da alternativa tecnológica.

Lighia Matsushige, membro da coordenação do GT Política Educacional do Andes-SN, trata o EaD e a universidade aberta do Brasil como dois mitos que precisam ser desfeitos. O professor Douglas Ferreira de Paula, da Rede Básica de Ensino, traça um painel da aplicação do EaD na educação básica brasileira.

Os reflexos da educação a distância no Serviço Social são analisados na carta Aberta aos Estudantes dos cursos de graduação a distância em Serviço Social, assinada por diversas entidades presentes na Plenária Final do 38º Encontro Nacional do Conselho Federal de Serviço Social. Outra es-



tudiosa da área, Ana Cristina Borges Pimenta, faz uma análise da expansão do ensino a distância no Serviço Social.

A revista conta ainda com textos de alunos de graduação e Pós Graduação que dissertam sobre o tema. Nataniel Dal Moro, doutorando em história da PUC-SP, Talita Tecedor, graduada do curso de Serviço Social da PUC-SP, Felipe Campos e Rafael Limongelli, graduandos em Ciências Sociais da PUC-SP e Valério Paiva estudante do curso de Jornalismo da PUC-SP, que aprofundam a relação entre EaD e os horizontes políticos da

"O ensino a distância, embora seja visivelmente uma excrescência do capitalismo, é admitido sob o argumento das novas tecnologias, do novo aprendizado e da democratização. Não há possibilidade de se confundir o uso das tecnologias no ensino com a substituição da forma presencial pela virtual."

Erson Martins de Oliveira em Ensino a distância - excrescência do capitalismo

sociedade brasileira.

NOVAS PUBLICAÇÕES

A APROPUC lançará, até o final do semestre, mais três publicações, o número 10 da revista *Cultura Crítica* já está em fase de finalização gráfica e abordará os 100 anos de Euclides da Cunha.

A revista *PUCviva* terá mais duas edições, um número especial sobre o Haiti e outro sobre a agricultura no Brasil. As pessoas interessadas em publicar artigos deverão enviá-los o mais breve possível para o endereço eletrônico apropuc@uol.com.br, aos cuidados da editora da revista.

MOVIMENTOS SOCIAIS

Tribuna da Terra defende outro modelo de distribuição da terra

Na quarta-feira, feriado de 21/4, aconteceu a Tribuna da Terra, na Praça da Sé. O evento debateu a questão terra no Brasil, com enfoque na violência no campo e reforma agrária. Cerca de 500 militantes do MST e diversos movimentos sociais compareceram na ocasião. A organização foi do *Tribunal Popular: o Estado brasileiro na banca dos réus*.

O encontro teve o formato de uma aula pública, na qual diversos intelectuais e militantes expuseram suas opiniões.

Plínio de Arruda Sampaio, candidato do PSOL à presidência da República, subiu no palanque com o boné do MST. "Usar esse boné é uma tomada de posição a favor do Brasil e da Reforma Agrária. Sem ela não existe democracia, fim da violência e desenvolvimento para o país", comentou.

Ele também desmistificou o mito do desenvolvimento do agronegócio. "As pequenas proprieda-

des empregam mais e geram mais alimentos para o povo brasileiro. Os latifúndios apenas exportam soja, cana, carne de boi e celulose", concluiu.

Na sequência, Sasso, da etnia Tupinambá comentou os 510 anos de invasão européia, que "deixou um rastro de sangue nos povos indígenas, nos povos da África e nos camponeses, que até hoje lutam por terra no Brasil". Também lembrou o genocídio e etnocídio que existe até hoje no país. "Éramos seis milhões de índios e hoje não somos nem um milhão, sendo que apenas 1/3 vive nas aldeias", comentou.

Depois, Anir Araújo, do Movimento Negro Unificado, comentou a questão das comunidades quilombolas no Brasil. "Se nos perguntarem por que estamos aqui hoje eu responderia: porque o Estado não nos deu alternativa", disse. "Precisamos denunciar o Estado e os sucessivos governos,



Plínio de Arruda Sampaio discursa durante a Tribuna da Terra

inclusive o atual, pelo total descaso com a causa do povo negro e quilombola", concluiu.

CONFLITO SOCIAL

Paulo Arantes, professor aposentado da USP e colaborador da Escola Nacional Florestan Fernandes, comentou que no Brasil existe um conflito social entre aqueles que possuem propriedade privada e os que não possuem. "No Brasil, essa é uma luta que não produz instituições de-

mocráticas, como sindicatos fortes, partidos de massa ou imprensa popular, que não democratiza o país", disse.

Givanildo Manoel, um dos organizadores do evento, comentou que um grande tribunal popular sobre a questão da terra será organizado em abril de 2011 e pediu para que todos aqueles que estiveram presentes ajudassem a construir o evento.

A APROPUC esteve presente e apoiou participou, inclusive na organização da Tribuna da Terra.

Policiais invadem universidade na Costa Rica

No dia 15/4 a polícia e agentes judiciários invadiram a universidade da Costa Rica. Segundo relatos que chegaram ao *PUCviva*, a invasão foi violenta, resultando em alto número de feridos, entre professores, estudantes, funcionários e sindicalistas.

A invasão resultou também na destruição de parte da infraestrutura da universidade. O su-

posto motivo da invasão era a prisão de um funcionário corrupto. No entanto, os militantes acreditam que a motivação foi de reprimir o movimento da universidade, pois o diretor do sindicato da universidade foi agredido e preso junto com outras lideranças. A APROPUC enviou nota em apoio aos militantes e pelo respeito à autonomia universitária.

Uruguai homenageia três jovens mortas e pede justiça

No dia 21 de abril de 1974, três jovens mulheres foram assassinadas pela ditadura uruguaia, em suas próprias casas quando a polícia entrou a procura de "subversivos".

Os responsáveis pelas mortes de Laura, Diana e Silvia ainda não foram encontrados, assim como

os assassinos de muitos ativistas sociais durante as sangrentas ditaduras militares na América Latina.

Por esta razão, aconteceram no mês de abril várias iniciativas para lembrar as mortes das três jovens, pedindo justiça e para que os responsáveis sejam punidos pelos crimes que cometeram.

Movimentos sociais convocam 1º de Maio na Sé

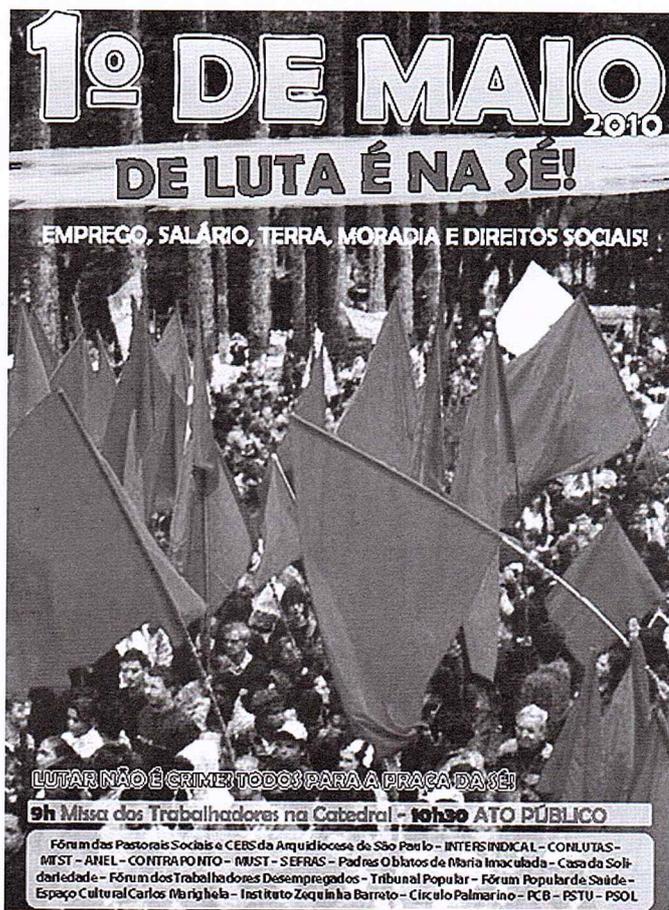
No dia 1/5, na Praça da Sé, será realizado o 1º de Maio de Luta é na Sé - emprego, salário, terra, moradia e direitos sociais, organizado por uma série de movimentos sociais e grupos organizados. As atividades terão início às 9h, com a missa dos trabalhadores na Catedral da Sé e, às 10h30, será realizado o ato público.

O objetivo do ato é criar uma contrapartida ao 1º de Maio organizado pela CUT e Força Sindical, que se tornou uma grande festa, com shows e sorteios, mas com poucos debates sobre a situação do trabalhador no Brasil.

"A situação da maioria dos brasileiros continua muito difícil, milhões de trabalhadores estão desempregados ou vivendo de bicos. Mesmo os empregados na maioria das

vezes não recebem o suficiente para viver dignamente. Muitos vivem em moradias precárias e os serviços públicos estão completamente abandonados, como a educação, a saúde, o transporte, a infra-estrutura.", diz a convocatória do evento.

O 1º de Maio de Luta é organizado pelo Fórum das Pastorais Sociais e CEBS da Arquidiocese de São Paulo, Intersindical, Conlutas, MTST, Anel, Contraponto, MUST, SEFRAS, Padres Oblatos de Maria Imaculada, Casa da Solidariedade, Fórum dos Trabalhadores Desempregados, Tribunal Popular, Fórum Popular de Saúde, Espaço Cultural Carlos Marighela, Instituto Zequinha Barreto, Circulo Palmarino, PCB, PSTU e Psol.



Em jornada de lutas, MST ocupa INCRA em sete estados

O MST mantém as sedes do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) ocupadas em São Paulo, Pernambuco, Piauí, Ceará, Paraíba, Rondônia e Pará. A ocupação faz parte da Jornada Nacional de Lutas pela Reforma Agrária, que cobra do governo federal a atualização dos índices de produtividade, lembrando a dívida e o compromisso assumido em negociações feitas em agosto de 2009, apontando o final do ano passado como prazo limite da atualização, promessa que até hoje não foi cumprida.

"O governo está em dívida com a Reforma Agrária e não resolveu os problemas dos pobres do campo. Temos famílias acampadas há mais de cinco anos, vivendo em situação bastante difícil à beira de estradas e em áreas ocupadas", disse José Batista, membro da coordenação nacional do MST.

As mobilizações também cobram um programa de agroindústrias para os assentamentos, a renegociação das dívidas das famílias assentadas e uma linha de crédito que atenda as especificidades das áreas de Reforma Agrária. O Pro-

grama Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) não reconhece as necessidades dos assentados e, com isso, criou uma geração de inadimplentes.

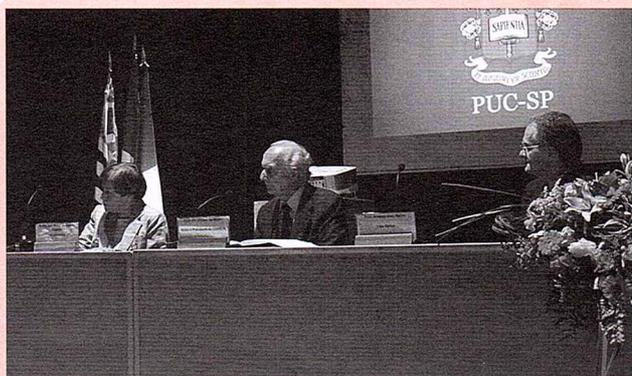
JORNADA DE LUTAS

A Jornada Nacional de Lutas pela Reforma Agrária é realizada em memória dos 19 militantes assassinados no Massacre de Eldorado de Carajás, durante operação da Polícia Militar, em 17 de abril de 1996, no estado do Pará. O massacre teve repercussão internacional e a data se

tornou Dia Nacional de Luta do MST.

Em toda a Jornada, foram realizadas manifestações em 20 estados e no Distrito Federal. Foram ocupados 71 latifúndios: 25 em Pernambuco, 15 na Bahia, 11 em São Paulo, 5 na Paraíba, 5 em Sergipe, 2 em Alagoas e 1 nos estados do Ceará, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul. A maior parte das áreas ocupadas já foi classificada como improdutiva em vistorias do Incra, mas ainda não foram desapropriadas e destinadas à Reforma Agrária.

ROLA NA RAMPA



Bruno Garibaldi

À esquerda a professora Maria do Carmo Guedes, tendo ao lado o reitor Dirceu de Mello e o vice Vico Mañas

Docente da Psicologia recebe título de professora emérita

A professora de psicologia Maria do Carmo Guedes recebeu em cerimônia realizada no Tucarena, no dia 20/4, o título de professora emérita da PUC-SP. A docente Maria Amália, diretora da Faculdade de Ciências Humanas, foi a relatora do processo aprovado no Consun (Conselho Universitário) e pelo Grão Chanceler Dom Odilo Scherer, que concedeu o título a professora. Em sua história de mais de 40 anos de universidade, Guedes contribuiu para a universidade, sendo diretora e vice-diretora de sua Faculdade, além de coordenar a Educ e ministrar aulas na graduação e na pós-graduação de Psicologia. A homenageada fez menção à professora Maria Amália, que por con-

ta de um grave acidente não pode estar presente. No entanto, foi deixada uma gravação em áudio. Maria do Carmo Guedes dedicou o título a todos os grupos dos quais participou na universidade. "Esse momento me faz lembrar de cada grupo que participei e que ainda participo na universidade". Ao final de sua fala, a professora lamentou a atual situação da PUC-SP, lembrando que o contrato dos professores ainda está maximizado e, também, que o ato de eventos que burocratiza a reserva de salas tira a espontaneidade característica do meio universitário. Maria do Carmo Guedes analisou ao dizer que "não está fácil fazer dessa universidade uma univesidade para todos".

Exposição reúne fotos de refugiados climáticos

No dia 27/4, às 10h, acontecerá a abertura da exposição *Naufrágio de Sundarbans - Projeto Vozes Climáticas*, no saguão do Tucarena. Na ocasião, será realizada uma mesa de debate com os fotógrafos Peter Caton e Cristiane Aoki, João Kulskar e a professora Maria Conceição Golobocante

(PUC). A mostra, organizada pelo TUCA e Senac, reúne 40 fotos de Peter Caton e Cristiane Aoki sobre os refugiados climáticos entre a Índia e Bangladesh. A organização é do TUCA e Senac e a curadoria é de Aléssio Rossi Filho e Elaine Caramella, do Departamento de Arte.

Professores conseguem importante vitória

Na última semana os professores de todo país conseguiram uma grande vitória: o projeto de Lei 337, que precarizava o trabalho docente em todos os níveis foi rejeitado na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP), da Câmara dos Deputados, onde tramitava desde 2005. O PL, de autoria do deputado Paes Landim, PTB-PI, alterava todos os artigos da CLT que disciplinam o trabalho docente. Desregulamentava a contratação de professores, legalizava o trabalho extraordinário sem o adicional constitucional de 50%, instituía o adicional noturno apenas a partir das 23h, permitia a redução unilateral da carga horária

(e dos salários) pela escola e criava uma estranha de-missão sem o saque do FGTS. Agora, com o parecer contrário da Comissão, o PL caminha para seu arquivamento.

Antes do fechamento desta edição ocorria a assembleia do Sinpro-SP sobre a campanha salarial. A expectativa é que as mantenedoras apresentassem uma nova proposta, que contemplasse minimamente as perdas sofridas com a inflação de 2009/10. Por outro lado a Fundasp divulgou no site da PUC-SP que estará creditando um adiantamento salarial de 4% na próxima folha de pagamento e pagando o restante assim que o índice for definido.

Biodiversidade em questão

No dia 28/4, às 9h30, no auditório Paulo VI, no saguão da Biblioteca, será realizada a palestra *O Futuro da Biodiversidade*, com a bióloga, socióloga e coordenadora do Instituto Romã, Rita Mendonça. A organização é do

Núcleo de Estudos do Futuro (NEF) e do Programa de Pós Graduação de Administração da PUC-SP. As inscrições são gratuitas e devem ser realizadas no endereço www.nef.org.br. Informações 2604-8650.

APROPUC nomeia comissão eleitoral

Em reunião realizada na quarta-feira, 22/4, a APROPUC designou uma comissão eleitoral para elaborar as normas do próximo pleito da entidade, que deve-

rá acontecer em junho. O **PUCviva** estará acompanhando as atividades da comissão e informará as suas decisões nas próximas semanas.

Sorocaba debate sexualidade e juventude

A palestra Sexualidade na Adolescência acontecerá no campus Sorocaba, dia 28/4, às 18h30. O objetivo é dar

orientação sexual ao público e treinar médicos residentes de ginecologia para a área de Educação em Saúde.

Discurso eleitoral em pauta no LAEL

O Pós em Linguística Aplicada (LAEL) promove a atividade *Discurso eleitoral: fronteiras nebulosas*, no Tucarena, dia 28/4, às 10h. A palestra será ministrada

pelo professor Dominique Maingueneau (Ciências da Linguagem, Universidade Paris XII e Instituto Universitário da França). Informações (11) 3670 8374.